



N.º 3

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
EFECTUADA EM 24 DE JUNHO DE 2005**

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho de dois mil e cinco, reuniu, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apresentação da proposta de "Web site" da AME;
2. Informação do Sr. Presidente da C. M.E. sobre actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo;
3. Designação de novo representante da AME na Comissão Municipal de Licenciamento de Évora (Licenciamento Comercial- Lei n012/2004 de 30 Março;
4. Deliberação sobre a proposta da C.M.E. relativa à Casa Mortuária da Freguesia de S. Vicente do Pigeiro - Vendinha, contendo resolução de requerimento de utilidade pública, bem como carácter de urgência da expropriação.

A Mesa foi constituída por:

Presidente - Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário - José da Silva Costa Russo

2º Secretário - João Luís Latas Lázaro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Emesto d'Oliveira, e pelos Srs. Vereadores Miguel Lima, Clara Grácio e Carlos Reforço.

Na AME verificaram-se as seguintes presenças:

Luís Capoulas Santos, Helena Quintas Zuber, Acácio Alferes, Paula de Deus (em substituição de Mafalda Cristina Troncho), Raimundo Cabral, Palma Rita, Francisco Pândega (em substituição de Rui Fialho Rosado), José Russo, José Luís Cardoso, Jorge Lourido, António Serrano, Celino Silva, Rui Grilo, M.^a Augusta Pereira, João Andrade Santos, M.^a Helena Costa, Nuno Lino, João Lázaro, Carlos Percheiro António Ramos, Luís Pasadas, José Manuel Mateus, Baltazar Damas, M.^a Luísa Baião, António Branco Filipe (em substituição de Victor Santos) Estevão Bicho, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, António Russo, M.^a Gertrudes Lino - (a nova presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede), M.^a Gabriela Silva, José Manuel Calado, João Rodrigues.

Foram registadas as faltas dos Sr(a)s. Cannen Balasteros, Luís Cannelo, M.^a Helena Teixeira da Silva, Isidro Lobo, Francisco Estevão, Jerónimo Coelho Mendes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Aberta a sessão, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Évora** começou por actualizar a informação aos Srs. Deputados Municipais, sobre a correspondência recebida desde a última reunião até à presente data.

O **Sr. Presidente** comunicou que foram entregues à Mesa três moções, tendo sido atribuído a cada uma, o número correspondente à sua ordem de entrada, e propôs a sua apreciação e votação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Para apresentação da moção número um, tomou a palavra o seu primeiro subscritor, o **Sr. Deputado Jorge Lourido**. Esta moção, que foi lida perante os presentes, e anexa a esta acta, intitula-se: "Voto de Pesar pela morte do General Vasco Gonçalves".

A moção número dois, sobre a morte do Poeta Eugénio de Andrade, foi lida em seguida pelo seu primeiro subscritor, o **Sr. Deputado José Russo**, e também anexa a esta acta.

A moção número três, intitulada "por Álvaro Cunhal", foi apresentada à Assembleia pelo **Sr. Deputado Celino Silva**, e posteriormente anexa a esta acta.

Dando inicio à discussão das moções, tomou a palavra o **Sr. Deputado Acácio Alferes** para declarar que *"em relação às duas últimas moções - nomeadamente os votos de pesar pela morte de Álvaro Cunhal e Eugénio de Andrade - a bancada do PS não levanta qualquer objecção, já em relação à moção relativa ao General Vasco Gonçalves existem aspectos valorativos da acção política desta personalidade, que não permitem acolher o texto com aprovação unânime. Portanto, esta bancada preferia, e estava na disposição de votar favoravelmente, o texto apresentado pelo grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República. Assim, para votar esta moção, propomos que no parágrafo onde se escreve enquanto chefe do executivo do II, III, IV e V Governos Provisórios contribuiu de forma decisiva para a construção de um Portugal mais justo e solidário, passasse a figurar um parágrafo semelhante mas não valorativo, à semelhança do que foi apresentado pelo PCP na Assembleia da República e que recebeu o voto favorável dos deputados do PS. Aí escreveu-se "Após o 25 de Abril, foi membro do Conselho da Revolução e Primeiro Ministro nos II, III, IV e V Governos Provisórios". Mais à frente, deveriam retirar-se outros aspectos também valorativos sobre "os significativos e importantes avanços económicos" que não recolhem consenso. Colocamos pois, em alternativa, a possibilidade de alterarmos este texto, ou em caso de impossibilidade, o próprio Partido Socialista apresentar à Mesa uma moção com o texto apresentado pelo PCP na Assembleia da República."* Disse o **Sr. Deputado Acácio Alferes**.

O **Sr. Presidente da AME**, antes de passar a palavra ao próximo interveniente, considerou que *"esta Assembleia só se prestigiará se, com esta é uma matéria não polemizar. Isso implica que não haja violência de parte a parte. Também eu tenho respeito pela memória do General Vasco Gonçalves*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

mas também não me revejo neste texto, nomeadamente onde se referem valores que não são os que partilho." Disse o **Dr. Capoulas Santos**.

O **Sr. Deputado José Luís Cardoso** tomou a palavra em seguida: *"Eu subscrevo o que disse Acácio Alferes, mas gostaria de dizer que verifico aqui uma situação de profunda injustiça e que nada tem a ver com a personalidade do General Vasco Gonçalves. É que morreu um dos homens mais importantes da República e da Democracia há cerca de dois anos, e esta Assembleia passou-lhe ao lado - falo do Sr. Marechal Costa Gomes. Eu não consigo votar uma moção que prevê que a memória do General Vasco Gonçalves seja perpetuada na cidade de Évora, sem que antes tenha sido dado o mesmo tratamento ao Marechal Costa Gomes."* Disse o **Sr. Deputado José Luís Cardoso**.

O **Sr. Presidente da AME** recomendou que *"se não confondam as coisas. Nada impede o Sr. Deputado José Luís Cardoso, ou qualquer outro, de apresentar uma proposta de homenagem a quem entender. Mas neste momento estamos a apreciar uma proposta concreta e é sobre ela que nos devemos centrar."* Disse o **Sr. Presidente**.

O **Sr. Deputado Jorge Lourido** interveio para propor retirar-se por breves minutos com o Sr. Deputado Acácio Alferes a fim de acertarem as alterações propostas ao texto da moção numero um.

O **Sr. Presidente da AME** concordou, sugerindo que os trabalhos continuassem o seu curso normal, pelo que submeteu à apreciação da Assembleia a acta da sessão de 30 de Abril de 2005. Não tendo havido comentários ao texto apresentado, procedeu-se à votação da qual resultou a aprovação por vinte e cinco votos a favor, e oito abstenções.

Continuando no Período Antes da Ordem do Dia, o **Sr. Presidente** informou a Assembleia da sua iniciativa para acompanhamento da situação laboral na empresa "Tyco": *"No seguimento de um convite dirigido pela Administração dessa empresa ao Presidente da AME, bem como de vários*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

debates em anteriores sessões deste Órgão, reuni-me nas instalações da empresa com os senhores Administradores Walter Fruhloutz e João Piteira. Tive o cuidado de preceder este contacto de uma conversa com dois sindicalistas, respectivamente o senhor José Emídio, dirigente da comissão sindical do SIESI - Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas - simultaneamente uma das pessoas que foi despedida, e o senhor Ricardo Galhardo, coordenador da União dos Sindicatos de Évora. Gostaria de vos transmitir o quanto me magoou esta diligência, já que dela extraí a conclusão de que por motivos, aparentemente fúteis, podem vir a ser severamente punidos trabalhadores com muitos anos de actividade na empresa. Espero que assim não venha a acontecer. Falando com ambas as partes, tentei averiguar quais as razões que determinaram os despedimentos em causa, e para minha grande estupefacção, o único motivo evocado foi a existência de um panfleto considerado ofensivo para os administradores da empresa. Este documento não foi assinado, mas existem testemunhos de pessoas da empresa que indicaram os nomes dos indivíduos que o tinham distribuído. Com base nesse facto, ilícito, que é o de um trabalhador distribuir um comunicado ofensivo para a administração, foi levantado um processo disciplinar no quadro da empresa, que determinou, dada a gravidade das acusações, o despedimento compulsivo. Os trabalhadores em causa recorreram para os tribunais a quem cabe agora a decisão da reintegração ou não. Não ignoro que para além deste aspecto formal do problema, poderão existir outras razões. No entanto, com base no que me foi transmitido não são razões visíveis na matéria de facto. Tentei informar-me sobre a história desta empresa presente em Évora há mais de trinta anos, que emprega mil e quinhentos trabalhadores, e foi-me dito que situação semelhante apenas terá ocorrido com apenas um dirigente sindical em toda a história da empresa. Ofereci à empresa e aos trabalhadores a minha mediação, com a possibilidade de uma reapreciação do problema a troco de uma eventual retirada da queixa em tribunal. A empresa respondeu-me que não tem conhecimento de qualquer queixa contra ela apresentada. Transmiti então, a ambas as partes, a preocupação com que a Assembleia Municipal acompanha este problema, tendo em conta a importância desta empresa em Évora. Abordando o quadro da concorrência global, a Administração da "Tyco" afirmou que, neste momento, não existe qualquer plano da empresa para deslocalizar de Évora.

*Assim, em símula, resta-nos esperar que a justiça cumpra a sua função. Porque, tendo em conta apenas os factos colocados sobre a mesa, parece-me abusivo extrapolar para uma situação de conflito generalizado." Concluiu o **Sr. Presidente da AME**.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Solicitou a palavra a **Sra. Deputada Helena Costa** para se expressar nos seguintes termos: "Senhor Presidente, ouvi com muita atenção a sua comunicação. De facto, esta é uma empresa da maior importância para Évora. Tal não impede que se constate o facto de que no seu interior os trabalhadores são vítimas de perseguições. O Sr. Presidente não teve a oportunidade de contactar com os trabalhadores dentro da empresa. Eles próprios têm medo de falar e chegam a esconder-se nas casas de banho para não serem vistos a falar com os delegados sindicais. Mais grave ainda é o facto de, neste momento, os trabalhadores estarem a ser enviados para casa, de férias, alegando-se falta de trabalho.

Sobre o caso, apresentado em separado, de uma dos cinco trabalhadores, é necessário esclarecer que também se trata de uma sindicalista que era frequentemente vista a transmitir informações aos trabalhadores. Em situações de greve, os sectores da sua área sindical paralisavam em massa. Em resposta a empresa perseguiu-a, começando por lhe propor rescisão que ela não aceitou. Este período coincidiu com uma gravidez problemática desta trabalhadora, na sequência da qual lhe nasceu um filho deficiente. Há três anos que esta trabalhadora está suspensa e que aguarda a decisão do tribunal. Esta é a prática desta empresa face aos trabalhadores que lhe fazem frente. Eu que me cruzo todos os dias com trabalhadores daquela empresa, trago uma tristeza profunda por saber como as pessoas são tratadas; por ver como esta empresa se dispõe a violar as leis e a proceder a seu belo prazer.

*Aos meus colegas sindicalistas despedidos também foi proposta rescisão a troco de dinheiro, como recusaram foram afastados da forma conhecida. É de lamentar que os trabalhadores que necessitam do seu posto de trabalho sejam vítimas de situações que nem antes de 25 de Abril de 1974, se observavam. Por isso, é necessário que a população do concelho conheça a situação, o que já acontece. Os trabalhadores têm recebido a solidariedade da população mas, infelizmente, a Assembleia Municipal não tem tido a coragem de expressar tal solidariedade, mesmo tendo em conta que são mil e seiscentas pessoas que lá estão". Concluiu a **Sra. Deputada Helena Costa**.*

Nesta altura, interveio o **Sr. Deputado António Serrano**: "Quero em primeiro lugar agradecer, em nome da bancada do Partido Socialista, as diligências feitas pelo Sr. Presidente junto da administração da "Tyco" e junto dos sindicalistas, trazendo-nos aqui um relato detalhado. Compreendemos assim, que no caso concreto dos cinco trabalhadores, a questão está a ser tratada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

nos tribunais. Se outros casos surgirem, os sindicatos estarão certamente atentos e desencadearão os processos que entenderem oportunos junto da justiça. A nós, cumpre-nos acompanhar, comentar, e compreender o que está a acontecer, mas não mais do que isso. O facto de não votarmos favoravelmente moções que aqui têm sido apresentadas não denota, em nenhum momento, falta de solidariedade, mas sim a separação de papéis das várias entidades que estão a acompanhar este processo. Em minha opinião, e na opinião da bancada do PS, não compete à Assembleia Municipal imiscuir-se a este ponto na vida das empresas. Os protagonistas estão a cumprir os seus papéis, e assim devem continuar no pleno exercício dos seus direitos." **Disse o Sr. Deputado António Serrano.**

Tomou a palavra o **Sr. Deputado Palma Rita** para esclarecer a posição da bancada do PSD sobre este assunto: *"Quando foram aqui propostas moções sobre esta matéria a nossa posição foi, e continua a ser, a de uma coisa são as relações laborais dentro da empresa que aí devem ser tratadas, outra coisa é uma posição política por parte da Assembleia Municipal. Aquilo que defendemos é que a posição da Assembleia Municipal deve ser de muita prudência, tendo em conta o processo de atracção de outras unidades industriais. Algum excesso de posicionamento político, neste processo da "Tyco", correria o risco de prejudicar outras possíveis negociações. Este é um problema da empresa com os trabalhadores, e nisso estamos de acordo com o nosso companheiro António Serrano, para tratar o assunto existem sindicatos, tribunais, sendo que a Assembleia Municipal não se deve imiscuir."* Concluiu o **Sr. Deputado Palma Rita.**

Pronunciou-se então o **Sr. Deputado José Russo**: *"Não posso concordar com as duas últimas intervenções porque tenho para mim que há princípios do sistema democrático que não podem ser postos em causa. A Assembleia Municipal, que junta os representantes do povo deste concelho, não pode ficar impávida e serena perante situações deste tipo. Não tem que se imiscuir na gestão das empresas, nem tão pouco na luta dos sindicatos, mas não pode alhear-se do que se passa à sua volta. A partir do relato do Sr. Presidente, que também agradeço, compreende-se que, se com base na hipótese de um determinado panfleto ter sido distribuído pelos delegados sindicais, se retiram os mesmos da empresa; então temos de admitir que outras coisas se poderão passar."*

Perante estes sinais, perante a situação concreta de um trabalhador que está à espera, há três anos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

que o tribunal reveja a sua suspensão, acho muito mal que a Assembleia Municipal sacuda a água do capote e declare que não tem nada a ver com isso. A questão de fundo é então perceber quais são os limites. Nós, enquanto políticos responsáveis do Concelho, não podemos deixar de ter a ver com aquilo que mexe com as pessoas daqui. O argumento de que os tribunais resolvem é válido, mas justamente no seu campo. No campo político somos nós que temos a responsabilidade de nos pronunciarmos." Argumentou o **Sr. Deputado José Russo.**

Voltou a solicitar a palavra o **Sr. Deputado Palma Rita:** *"Pela intervenção que acabamos de ouvir, poder-se-ia depreender que quem pretende alguma prudência sobre este assunto não se preocupa com os mil e seiscentos postos de trabalho. Por isso é preciso esclarecer que é exactamente o contrário. É por existir essa preocupação que consideramos que a Assembleia Municipal não deverá imiscuir-se nem pronunciar-se. Vivemos num Estado Democrático onde existem mecanismos de regulação para as relações laborais. O perigo está em poder ser passado para o exterior um sinal de que existe aqui uma vontade política contra as empresas, ou contra o grande capital, como se dizia. Uma intervenção da Assembleia Municipal neste processo só prejudica e não ajudará em nada. Não fará andar mais depressa os tribunais, não fará com que os trabalhadores tenham melhores condições, antes pressionará a empresa, correndo o sério risco de criarmos a imagem de um poder político contrário aos interesses das empresas."* Disse o **Sr. Deputado Palma Rita.**

Nesta altura do debate, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que este Órgão tem a liberdade de expressar a posição que maioritariamente for tomada, sobre qualquer assunto, com base num documento ou tomada de posição. Neste caso concreto, a Assembleia, através do seu Presidente, tentou recolher infonações que suportem uma eventual tomada de posição pública. *"Os senhores deputados, depois de analisados os documentos recolhidos, deverão reflectir sobre eles e ponderar qual a forma mais correcta de intervenção. Temos agora que escolher entre agendar este ponto, ou continuar a sua discussão neste Período Antes da Ordem do Dia."* Disse o **Sr. Presidente.**

Tomou a palavra o **Sr. Deputado Acácio Alferes:** *"Não posso responder com silêncio a palavras que ouvi como falta de coragem dos deputados municipais ou sacudir a água do capote A minha*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

posição na vida, não é essa. Ao longo da minha experiência de vida autárquica, tanto como membro de assembleias municipais, como vereador, nunca nenhum órgão autárquico, de diferentes maiorias, tomou alguma posição pública, com moções, interferindo nessa relação empresa/trabalhador; nem mesmo quando assistimos ao encerramento de empresas". Disse o Sr. Deputado Acácio Alferes.

O Sr. Deputado Celino Silva disse prescindir da sua intervenção sobre esta matéria, mas aproveitou para retomar a sugestão do Sr. Presidente da Assembleia, para que se voltasse a este assunto, com um ponto específico em Ordem de Trabalhos, porque, em seu entender, merece ser discutido.

O Sr. Deputado José Luís Cardoso, ainda sobre o mesmo tema, interveio dizendo que *"quando as leis são publicadas no nosso país, pensa-se sempre que são para aplicar aos outros. Antes do actual Código do Trabalho estar em vigor e, uma vez apresentado um processo de despedimento a um sindicalista, o tribunal tinha cinco dias para se pronunciar. Digo-vos que era extremamente difícil levar a cabo esse despedimento. Com a entrada em vigor do actual Código do Trabalho a situação quase se inverteu, já que relega para discussão e julgamento a solução do problema. Ora este procedimento leva dois ou três anos, ou mais. Além disto, qualquer sentença judicial pronunciada em 1ª Instância não tem efeitos suspensivos sobre o despedimento. É pois, um problema extremamente complexo.*

Apesar de nesta Assembleia todos estarem solidários com os trabalhadores, e de ser até uma ofensa alguém querer fazer parecer o contrário, não se deve importar para aqui um problema laboral de uma empresa. Sob pena de ser transformado num problema político. Embora os cinco trabalhadores mereçam o sacrifício de 10 milhões, não se pode politizar a situação podendo, de alguma forma, prejudicar a estabilidade dos 1600 postos de trabalho existentes.

Outra questão tem a ver com os sindicatos que, neste momento, têm pouca capacidade negocial. Os grandes delegados afastaram-se e os outros preferem a luta directa, à negociação. Resulta mais fácil para um sindicato resolver, em tribunal, um problema de suspensão de despedimento, do que politizar a situação." Disse o Sr. Deputado José Luís Cardoso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Usou da palavra o **Sr. Deputado Jorge Lourido**: *"Do meu ponto de vista é de louvar a tentativa de mediação desenvolvida pelo Presidente da Assembleia. Por outro lado, gostaríamos de informar as outras bancadas que pretendemos propor o agendamento da discussão deste ponto na Ordem de Trabalhos na próxima sessão."* Disse o **Sr. Deputado Jorge Lourido**.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Évora** referiu que relativamente ao agendamento de um ponto específico para discussão do problema laboral das Siemens, o mesmo tem de ser aceite, maioritariamente, por todos os membros da Assembleia.

O Presidente interpelou as bancadas no sentido de saber se a proposta de agendamento deste ponto na O.T., reúne consenso à partida.

O **Sr. Deputado António Serrano** tomou a palavra para opinar que *"esta questão não pode ser tratada de forma genérica, mas sim em conferência de líderes, para ser definida uma estratégia de metodologia a ser usada numa discussão deste âmbito. Os líderes devem reunir-se e fazer uma proposta concreta, para ser apreciada e discutida."* Disse o **Sr. Deputado António Serrano**.

O **Sr. Presidente da Assembleia**, no sentido de esclarecer as regras, considerou que a Mesa terá de tomar uma posição relativamente ao agendamento, ou não, do referido ponto na O. T, já que o mesmo constitui uma proposta concreta, apresentada nos termos da lei, pelo que lhe será dado o seguimento normal.

O **Sr. Presidente** propôs ainda deliberar sobre o prolongamento da sessão, visto apenas restarem cinco minutos de debate.

O **Sr. Deputado Estevão Bicho** iniciou a sua intervenção referindo o facto de ter a maior parte da sua família empregada nesta empresa e, por isso, ter conhecimento de que, num futuro mais ou menos próximo, a mesma ir-se-á instalar noutro país.

"Esta decisão tem a ver com a democracia neste país que tem muitas dificuldades em vigorar, porque é só para alguns, e não para todos. Muito menos para os trabalhadores que trabalham por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

contam de outrem e, neste caso, para grandes multinacionais.

Enquanto nós, políticos, nos submetermos ao silêncio e não ouvirmos aquilo que os trabalhadores nos dizem, é porque não estamos a desempenhar o nosso papel com cuidado e atenção".

O Sr. Deputado acha conveniente que a Assembleia encontre forma de debater esta questão laboral do nosso concelho, já que segundo ele, o Presidente da Assembleia tem meios suficientes para aprofundar esta situação.

O **Sr. Presidente da Assembleia** propôs o prolongamento do período de antes da Ordem de Trabalhos até mais 60 minutos, nos termos que o regimento prevê.

Feita a votação, esta proposta foi aprovada com 29 votos a favor, um voto contra e duas abstenções.

O **Sr. Deputado Palma Rita** interveio referindo que é contra o agendamento deste ponto em O.T. , na medida em que se está a politizar uma questão que é laboral e, ao mesmo tempo, a discutir o Código do Trabalho.

O **Sr. Deputado José Luís Cardoso** também discorda do agendamento do ponto na O. T., especificamente para tratar do problema da Tyco, porque não se pode transformar uma assembleia política, num julgamento político, e o que está em questão são relações laborais com processos em tribunal. Não se deve condenar, ou resolver os problemas da Tyco e dos trabalhadores em função da nossa maioria ou minoria, dentro da Assembleia.

Para o **Sr. Deputado Baltazar Damas** não se trata de discutir a situação laboral da Tyco, mas sim sentir as preocupações dos seus trabalhadores e solidarizarmo-nos, enquanto Assembleia Municipal, com a defesa dos seus postos de trabalho, postos em causa com os processos de despedimento apresentados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Apesar de defender que os sindicatos são os órgãos competentes para tratarem destes assuntos, através dos seus meios de intervenção, a Assembleia Municipal apenas se pode e deve solidarizar com a defesa dos direitos dos trabalhadores.

O Sr. Deputado João Valverde defendeu a criação de um grupo de trabalho, juntamente com os advogados dos sindicatos, com o objectivo de elaborarem os respectivos processos de defesa dos trabalhadores e, em seguida, informarem os membros da Assembleia sobre o andamento da situação, visto este órgão autárquico não ter competência para intervir directamente.

O Sr. Presidente da Assembleia reembrou que a Administração da empresa lhe dissera que não tinha conhecimento de nenhuma acção em tribunal. Em seguida, deu a palavra ao Sr. Deputado José Russo.

O Sr. Deputado José Russo interveio dizendo que estava de acordo com o Sr. Deputado Damas, já que a Assembleia Municipal não tem de se intrometer na empresa Tyco, nem nos sindicatos. No entanto, deve acompanhar a situação, como noutras sítios, por exemplo na Amadora, onde o seu Presidente andou a defender os trabalhadores, num problema com urna empresa.

O facto da Assembleia intervir em defesa dos trabalhadores e da economia nacional, não é factor determinante na saída dessa empresa do país, mas sim a conjuntura económica mundial, que se apresenta mais favorável noutras países, onde a mão-de-obra é muito baixa".

Encerrado este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, retomou o assunto anteriormente interrompido, ou seja a discussão das moções, que passaram a ser discutidas, uma a uma.

Foi então aberta a discussão da moção nº 1, subscrita pelo deputado Jorge Lourido, cujo objectivo é evocar a memória do General Vasco Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O **Sr. Deputado Acácio Alferes** interveio dizendo que os dois representantes das bancadas do PS e da *CDU* chegaram a acordo relativamente ao texto da moção. O grande respeito que lhes merecem estes vultos da História contemporânea portuguesa, embora com algumas divergências pontuais, levou a uma excepção, já que a bancada do PS costuma votar contra os prolongamentos do Período Antes da Ordem do Dia. Neste caso, considerariam inglório passar uma sessão da Assembleia Municipal sem manifestarem, publicamente, o seu voto de pesar pelo desaparecimento destas figuras. Apesar da concordância com o texto do voto de pesar, apresentado pela morte do General Vasco Gonçalves, existem algumas alterações pontuais. No 3º parágrafo que começa "Enquanto chefe do executivo" deve ficar "Após o 25 de Abril foi membro do Conselho da Revolução e Primeiro Ministro de Portugal nos I, III, IV e V Governos Provisórios". No parágrafo a seguir as três primeiras linhas ficam como estão e quando acaba "justiça social, solidariedade e fraternidade" salta para "tiveram depois expressão formal na Constituição de 1976".

O **Sr. Presidente** colocou à votação esta moção já com as alterações indicadas Tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e aclamação.

Passou-se então à moção número dois que evoca a memória do Poeta Eugénio de Andrade. Na ausência de intenções de discussão, foi a mesma votada e aprovada por unanimidade.

A terceira moção que evoca a memória do Dr. Álvaro Cunhal, sem discussão prévia, foi igualmente colocada à votação e aprovada por unanimidade.

Concluída a apreciação das moções, o **Sr. Deputado Acácio Alferes** interveio dizendo que o Partido Socialista propunha um minuto de silêncio pelo falecimento destas três figuras, o que foi de imediato aceite e cumprido.

De seguida, e ainda no Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados já inscritos.



o Sr. Deputado Andrade Santos pronunciou-se relativamente à questão da criação de um conjunto comercial de grande superfície, que está previsto instalar a sul da cidade.

Neste âmbito, o Sr. Deputado referenciou *"em primeiro lugar a ideia de que um estabelecimento deste tipo é extremamente mobilizador e interessante para largas camadas da população, visto terem acesso a um maior número de artigos comerciais, o que é uma realidade. No entanto, a instalação destes centros comerciais de grande superfície deve ser ponderada e estudada, para não assistirmos a um grande crescimento destas unidades, o qual, por sua vez, vai contrariar o êxito das unidades de pequeno porte, que terão de encerrar e, ao mesmo tempo, criam um vazio, principalmente, nas zonas centrais das cidades."*

No caso concreto da cidade de Évora este problema é pesado, na medida em que o seu centro histórico, local privilegiado do comércio tradicional, é o ponto de mobilização de milhares de turistas que contribuem para o crescimento económico da cidade.

Se encontrarmos um centro histórico desertificado, com o comércio fechado ou abandonado, a cidade perde uma das suas valências, porque o seu centro histórico é a alma viva da cidade, isto é a sua centralidade.

Não queremos para Évora o mesmo que aconteceu na baixa lisboeta, Rua Augusta, com a instalação dos centros comerciais em Cascais e outros locais.

A cidade de Évora precisa dum Centro Histórico vivo e funcional, sem uma concorrência desigual, que nada poderá nivelar."

Para o Sr. Deputado Andrade Santos este é um problema importante que, apesar de não merecer grande interesse das outras partes, ele gostaria que a Assembleia Municipal se pronunciasse, visto haver várias entidades públicas locais, regionais ou distritais que podem ter algum peso na decisão final.

Também a Câmara Municipal, para não falar da CCRA ou da Direcção Regional de Economia terão a sua posição sobre esta matéria. A Associação Comercial de Évora mantém uma posição inequívoca.

O Sr. Deputado recordou ainda a declaração de Évora Património da Humanidade há 20 anos, e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

foi motivada, não por preocupações turísticas, como alguns pensam, mas essencialmente porque era necessário salvaguardar a vivência da cidade, isto é, estancar a saída de habitantes do Centro Histórico. Foi um processo que decorreu na Câmara Municipal, com o seu próprio contributo.

"Portanto, é necessário acautelar as decisões sobre estas matérias, porque as regras de concorrência são desiguais. É impossível equilibrar uma pequena loja do Centro Histórico com uma grande unidade comercial."

Neste âmbito o Sr. Deputado gostaria de conhecer a posição da CME na Comissão Regional.

O Sr. Deputado Palma Rita usou da palavra para referir a posição do PSD sobre esta matéria e procurar também alguns esclarecimentos junto da Câmara Municipal. Assim, quis saber quais os esforços a desenvolver pela Câmara para acautelar o futuro comércio do centro Histórico, visto que as declarações do Presidente da CME, sobre o assunto, não deixaram tranquilos os deputados municipais do PSD. Segundo este Sr. Deputado, o Presidente da Câmara disse que "o problema não se punha, porque os comerciantes do Centro Histórico iriam ter oportunidade de instalar a sua loja no espaço comercial e continuarem a sua actividade". Esta posição gerou alguma preocupação no seio do PSD, porque o problema não se põe com continuidade de actividade, mas sim com a continuidade da actividade no seu local próprio - Centro Histórico. Tal como a CDU, também o PSD quer saber o que vai ser feito, neste âmbito. Quanto à sua localização o Sr. Deputado estranha que um centro comercial de grandes dimensões venha a ser instalado num terreno que foi expropriado para indústria, e destinado à expansão do Parque Industrial, a qual não existiu durante quatro anos, e que agora se altera para uma vocação comercial. O Sr. Deputado Palma Rita estranha também que a estratégia da Câmara Municipal seja a de ancorar o grande comércio em prol do desenvolvimento da cidade, visto nos situarmos perto de Badajoz e Lisboa, dois pólos de vocações comerciais já definidos e muito superiores a Évora, com os quais não podemos competir. A corroborar esta questão temos ainda o projecto de uma verdadeira cidade comercial a instalar entre Elvas e Badajoz. Évora não será decerto uma alternativa. Outra dúvida prende-se com uma declaração no jornal "Diário do Sul" onde o Presidente da CME diz que "o novo parque de feiras e exposições está atrasado e a feira ainda se realiza no mesmo sítio porque o processo de revisão do PDM não avança, ou seja, o parque de feiras e exposições não é concretizado pela Câmara porque o PDM o impede".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Então uma unidade comercial de grande superfície já estava contemplada no processo de revisão do PDM, que está agora a acontecer, ou o PDM não previa que isto acontecesse? No caso de estar contemplada mostra alguma premeditização da Câmara, bem como a veracidade de alguns rumores de que a CME já decidiu e já negociou com o Grupo Jerónimo Martins a sua instalação definitiva.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da CME para esclarecimento destas questões, pedindo-lhe que fosse tão breve quanto possível.

O Sr. Presidente da CME disse que as duas intervenções feitas, dos Srs. Deputados Andrade Santos e Palma Rita, mostraram um profundo desconhecimento da situação. *"A Assembleia Municipal interessa-se por formular a sua opinião e a sua posição sobre a verdade existente e não sobre aquilo que se constitui como mera especulação, quando não como boatos."*

Em relação às afirmações do Sr. Deputado Andrade Santos o Sr. Presidente da CME esclareceu a sua posição: *"Neste âmbito houve uma reunião com uma delegação de comerciantes, encabeçada pelos dirigentes da Associação Comercial de Évora e a Câmara Municipal, a qual decorreu num ambiente de compreensão mútua e de convergência de posições, entre ambas as partes, em relação ao contributo inestimável que os comerciantes, através do seu comércio tradicional, têm dado, ao longos dos anos, à vivificação do Centro Histórico."*

A Câmara tem procurado, dentro das suas competências, contribuir para a melhoria da situação dos comerciantes, através de um conjunto de medidas relevantes, tais como a aplicação dos programas PROCOM e URBECOM, as melhorias urbanísticas, destinadas ao conforto e à segurança dos peões, no sentido de resolverem os problemas conflituais do trânsito e do estacionamento. Também a entrada em funcionamento da "Linha Azul" permitiu um acesso mais fácil ao C. Histórico. Outra medida de apoio é a recolha de papel e cartão, executada gratuitamente, através dos serviços camarários.

É esta a posição da CME reconhecida pelos comerciantes. No entanto, a Câmara vê com preocupação a manifesta disponibilidade de vários unidades de média e grande dimensão para se instalarem em Évora. Estas situações acontecem devido às exigências comerciais dos tempos modernos. Évora não é excepção, nem a primeira a ser confrontada com esta situação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Neste âmbito, a primeira preocupação da CME é então a salvaguarda da comércio tradicional, como forma de vivificação do C. Histórico, mas para que essa actividade se desenvolva são necessários apoios específicos. Neste sentido a Câmara exige ao

.. Governo, através do Ministério da Economia e da Direcção Geral de Empresas o prolongamento do prazo para as acções no âmbito do PROCOM, agora URBECOM, consubstanciadas em forma de apoio à modernidade, à competitividade, à especialização, à formação profissional, à diferenciação das formas de financiamento para comércio em áreas instaladas em centros históricos classificados.

A Câmara só emitirá parecer favorável à instalação de qualquer grande unidade comercial, no nosso concelho, depois destas medidas estarem perfeitamente assumidas, a favor do comércio tradicional.

No entanto, as posições não podem ser confundidas com formas de protecionismo. A CME recusa-se a tomar medidas que, de certa forma, pudessem ser interpretadas como um levantar de portões à saída da cidade para impedir os eborenses de se deslocarem onde desejarem para fazerem as suas compras. A população tem o direito de querer seguir os hábitos de consumo dos tempos modernos.

Com a mesma veemência que exigimos do Governo o cumprimento destas medidas, recusamos atitudes populistas daqueles que tentam meter a cabeça na areia e fingir que o discurso se constrói com o protecionismo e não com o aumento de competitividade que é preciso garantir às empresas eborenses, como forma de poderem desempenhar o seu papel no futuro".

Em relação às declarações do **Sr. Deputado Palma Rita**, o Sr. Presidente da CME insistiu no desconhecimento das várias matérias, nomeadamente do PDM, sobre as condições de uso dos terrenos na zona de expansão industrial.

Relativamente "ao acordo entre a CME e o Grupo Jerónimo Martins" o Sr. Presidente desmentiu e informou que a Câmara não tem terrenos para negociar.

"Quanto ao terreno referenciado pelo Sr. Deputado Palma Rita, como tendo sido adquirido para expansão industrial não é o mesmo onde se vai localizar o centro comercial. Esse terreno entrou num negócio em 1999/2000, com a aquisição duma parte substancial da herdade da Barbarraia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

com cerca de 30 hectares, para exploração industrial e que será utilizado nesse sentido, ficando o proprietário dos terrenos, na posse dos restantes - situação contemplada nas escrituras - cerca de 16 hectares, com a garantia de que a CME, em sede de revisão do Plano de Urbanização lhe daria essa vocação comercial, e assim o fez. Esses terrenos não são municipais. Assim nunca houve mudança de terreno expropriado de uma valência, para outra."

Relativamente à questão da inviabilização da localização do Parque de feiras e exposições, o Sr. Presidente informou que *"O PDM está em revisão que é a opção estratégica desta Câmara Municipal anunciada aos eborenses, ainda antes das eleições de 2001, de construirmos um Parque de actividades económicas, feiras e exposições, com dimensão suficiente para assumir um carácter estruturante sob o ponto de vista regional e, não apenas local. Esse espaço foi identificado em parte da Herdade da Caeira, confinando com o Rio Xarrama, a linha férrea junto ao Bairro de St.ª Luzia e a Estrada de Reguengos. Será este o local, logo que o PDM esteja aprovado, para localização dessa infra-estrutura".*

O **Sr. Presidente da Câmara** continuou no esclarecimento das questões levantadas dizendo que *"era lamentável a postura dum membro desta Assembleia ao convidar a CME a cruzar os braços e a dizer que é uma batalha perdida, não vale a pena esforçarno-nos perante a agressividade com que os espanhóis de Badajoz estão a querer tomar a liderança, também neste aspecto da vida económica. Esta não é a nossa opção. Pelo contrário, queremos afirmar Évora como um território competitivo, em relação ao exterior, e convidamos os eborenses a participar nesse combate, para salvaguarda do futuro. Não interessam posições derrotistas e os eborenses saberão tirar as ilações devidas em termos de apoios às teses, às pessoas e aos partidos que as defendem.*

Defendemos uma Évora nova, pungente, dinâmica, competitiva para poder desenvolver uma estratégia de desenvolvimento comercial adequada aos tempos

modernos.

É esta a posição da CME. Penso que foi útil para a Assembleia esclarecer, com a devida transparência, todas as dúvidas que suscitam estas matérias". Disse o **Sr. Presidente da CME**

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** recordou a Assembleia que este assunto, para além de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

não fazer parte da Ordem do Dia, estava prolongar-se bastante.

Passou, em seguida, a palavra à **Sr.^a Deputada M^a. Augusta Pereira** que apresentou algumas críticas quanto ao método de selecção para atribuição de "barraquinhas" na Feira de S. João, nomeadamente do caso do Agrupamento 320 de Escuteiros dos Salesianos.

Apesar deste agrupamento cumprir integralmente o regulamento proposto, foi informado a duas semanas da realização da Feira, de que tinha de dividir o espaço

com outro agrupamento. A Sr.^a Deputada defende a realização de sorteio, para que o processo seja mais transparente. Refere-se também a casos em que as "barraquinhas" não são exploradas pelas instituições a quem foram cedidas. São sub-exploradas. Noutros casos não obedecem ao regulamento.

O Agrupamento 320 já tinha agendado esta acção, desde o início do ano, e as receitas destinavam-se a custear as despesas duma iniciativa europeia, onde vão estar cerca de 20.000 jovens e, onde a cidade de Évora também se fará representar.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Sr. Presidente da CME, para resposta, pedindo-lhe que fosse breve.

O **Sr. Presidente da Câmara** informou dizendo que aquele espaço da Feira dispõe de 30 lugares/barraquinhas disponíveis para instituições do concelho, que são cedidas gratuitamente.

Houve 38 concorrentes, entre eles três agrupamentos de escuteiros, duas organizações políticas da mesma força e outras instituições diversas.

O Presidente defendeu que o sorteio poderia não ser justo, na medida em que podiam ser atribuídos espaços, por exemplo, aos três agrupamentos (associações do mesmo âmbito) em detrimento doutras de igual mérito e com uma acção associativa também relevante no Concelho.

A situação foi ponderada e numa atitude de bom senso, sem menosprezar ninguém, tentou-se dar oportunidade a todos, contactando as instituições/associações onde existia repetição, visto que todas desenvolvem um trabalho importante em prol da comunidade, ao mesmo tempo que precisam destas receitas como fonte de rendimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

No caso concreto dos agrupamentos de escuteiros foram apresentadas várias alternativas: exploração conjunta da barraquinha, divisão do tempo em períodos iguais pelos três, ou sorteio entre eles para apurar quem explorava a barraquinha. Ficou então decidido, entre eles, como seria a exploração da barraquinha.

Esta situação foi tratada de uma forma transparente e com a compreensão devida por parte dos intervenientes, sem manifestações incómodas de alguma das partes.

Relativamente às sub-explorações o Sr. Presidente da CME informou que existem associações pequenas, cujas direcções não têm condições de assegurar este ritmo de trabalho, durante todo o período da Feira. Devido à necessidade da recolha de fundos para as suas actividades, a Câmara deu-lhes, como tem sido hábito há vários anos, a oportunidade de concessionar o espaço, mas explorado por outra entidade. O único objectivo é a subsistência de associações pobres que se dedicam à animação dos bairros, freguesias, associações de idoso, etc.

O Sr. Deputado Andrade Santos constatou na intervenção do Presidente da Câmara que, em seu entender, a nova unidade comercial, deve ser licenciada.

O Sr. Deputado interrogou o Sr. Presidente da Câmara sobre dois aspectos:

Primeiro, se ao abrigo da lei, a consequência prática da não emissão de parecer da Câmara faz parar o processo? Segundo, qual foi, na sua intervenção anterior, a manifestação de desconhecimento desta matéria, apontada pelo Presidente da CME?

O Sr. Deputado José Piteira referiu alguma desigualdade no tempo que lhe é atribuído.

O Sr. Deputado questionou o Câmara relativamente à descentralização de competências para as Juntas de Freguesia. Foi constituído um grupo de trabalho para fazer o levantamento, em cada Junta, da situação existente e o resultado ainda não foi divulgado, para a possível resolução do assunto.

Outra questão apresentada é sobre o Plano de Ordenamento da Albufeira de Monte Novo que para além da sua apresentação pública nada mais foi feito.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu às questões levantadas pelo Sr. Deputado Andrade Santos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

dizendo que rejeita as suas conclusões quanto ao licenciamento do novo espaço comercial.

Na opinião do Presidente da Câmara o Sr. Deputado Andrade Santos é contra o licenciamento e a instalação de grandes superfícies comerciais em Évora, independentemente do apoio que o Estado possa dar ao comércio tradicional.

Em matéria de licenciamento de grandes superfícies comerciais, as autarquias locais não têm poder de decisão, segundo a nova lei, aprovada no Governo PSD.

Esta competência foi transferida para a Direcção Regional de Economia e Direcção Geral de Empresas.

Existem para o efeito dois tipos de comissões: Comissão Concelhia que licencia superfícies comerciais até 3.000 m² e Comissão Regional que licencia todas as superfícies superiores a 3.000 m². Neste caso concreto, é uma competência da Direcção Regional de Economia com o parecer da Direcção Geral de Empresas. A CME apenas se pronuncia quanto à localização, e nunca quanto à licença de instalações.

É formada uma comissão, na qual a CME dá parecer, que não é vinculativo, em "pé de igualdade" com a AME, ACDE e CCRA, sendo a decisão final emitida pela Direcção Regional de Economia.

O parecer da ANMP, nesta matéria, é no sentido das autarquias não participarem nestas decisões, que competem unicamente ao poder central.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Évora informou que estando esgotado o período Antes da Ordem do Dia, não foi possível satisfazer o pedido formulado pela Associação 'para a Promoção duma Cultura de Segurança Rodoviária para leitura de um voto, formulado no âmbito da presença do Presidente da República no acto de encerramento das Jornadas Nacionais de Segurança Rodoviária. O respectivo texto foi, por isso, fotocopiado e entregue a todos os Deputados, na sequência do que se passou ao

PERÍODO DA ORDEM DO DIA



PONTO UM - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE "WEB SITE" DA AME

O Sr. Presidente da Assembleia fez uma apresentação explicando o que é o "Web Site". Começa por dizer que é uma obra que se começa e nunca estará concluída, porque é necessário ir actualizando os dados. Neste momento irão decerto encontrar algumas imperfeições, as quais irão ser acertadas, durante um período de 15 dias, antes de se colocar o produto à disposição dos cidadãos.

Este "site" contém bastante informação, nomeadamente legislação, actas, moções, nomes e currículum de todos os membros, bem como a história da AME desde a sua fundação, com especial destaque para este mandato, o qual irá contribuir para um contacto mais directo entre os municípios e os seus eleitos, que também poderão comunicar, através de "caixas próprias".

Foi dada a palavra à funcionária Dores Correia que deu as explicações técnicas do "Site", juntamente com o Sr. David Prazeres que se referiu à produção do grafismo.

Segundo a colaboradora Dores Correia este "Site" foi produzido pela Assembleia Municipal, através do seus serviços. Os conteúdos poderão ser melhorados, através da colaboração de todos os membros, visto este produto funcionar como uma sala virtual onde municípios e os membros da Assembleia podem comunicar e, funcionando ao mesmo tempo, como aprendizagem para uns e para outros como forma de 'se actualizarem, visto o "site" poder sempre ser alterado para melhorar a informação. Neste âmbito houve a preocupação de produzir um trabalho algo pedagógico com vista a dois públicos específicos: Por um lado os cidadãos de Évora e do resto do mundo; por outro lado, os eleitos e técnicos autárquicos com necessidades particulares de informação.

O colaborador David Prazeres, encarregue da aplicação gráfica, agradeceu o convite da AME. Segundo ele "foi uma honra ter colaborado neste projecto, o qual poderá ser enriquecido à medida que o tempo passa".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Quando à criação do logotipo, que foi a sua primeira dedicação ao trabalho, procurou encontrar uma imagem consentânea que definisse com solidez a carga institucional da AME. Foi então que inspirado no Tempo Romano, trabalhou graficamente um topo do capitel duma coluna e definiu assim a "marca" do "site" da AME.

Dores Correia, produtora do "Site" continuou as explicações técnicas acerca dos conteúdos, começando por apresentar as vários espaços deste "web site".

No final alguns Srs. Deputados pronunciaram-se, de modo geral com uma apreciação favorável desta proposta de "web site", aproveitando para fazer algumas sugestões para a melhoria e desenvolvimento deste trabalho.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu então por encerrado este primeiro ponto da Ordem do Dia, passando a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação da infonnação relativa ao segundo ponto da Ordem do Dia.

PONTO DOIS DA ORDEM DO DIA - INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CME SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Câmara fez, na sua expressão, *"uma apresentação resumida da actividade da CME, nestes últimos dois meses, Abril e Maio, sem com isso se escusar a prestar todos os esclarecimentos que os deputados entendam."*

Segundo o Sr. Presidente da CME estes dois meses foram caracterizados pela inauguração de várias obras, nomeadamente a "Ecopista", obra de extraordinária utilidade para a população, resultante da construção, sobre a antiga linha de Mora, duma plataforma, em parte asfaltada, em parte em terra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

batida, que constitui um espaço saudável para a prática desportivo/ lazer." Esta ecopista foi construída por uma brigada de trabalhadores da CME - Departamento de Ambiente e Qualidade e Departamento de Obras Municipais - sob a orientação do encarregado, Sr. Cardoso, a quem o Presidente quer apresentar uma palavra de apreço, bem como- aos restantes trabalhadores que integraram este projecto.

Esta obra projectada pela REFER, vinha orçamentada em cerca de 200 mil contos. Apesar de não se encontrar completamente concluída - falta algum equipamento - conseguiu-se reduzir esse valor devido ao profissionalismo e empenho dos trabalhadores.

Festejou-se o 310 aniversário do 25 de Abril com manifestações culturais que decorreram em vários locais e que tiveram o seu "ponto alto" no dia 24 de Abril, à noite, na Praça do Giraldo, com um espectáculo alusivo.

No dia 25 de Abril foi feita a inauguração da "Ecopista", com bastante participação da população e com muita animação - armadas, bandas filarmónicas. Mas o dia culminou com o tradicional "churrasco popular", no jardim Público e com diversas manifestações culturais, que decorreram também na tarde desse dia.

Realizou-se também, a V Feira do Livro que, de ano para ano, tem vindo a ganhar dimensão e expressão. Este ano, apesar da conjuntura económica não ser muito favorável, no que respeita também à economia familiar, as vendas agradaram aos livreiros locais, os quais são também parte integrante da actividade comercial do Centro Histórico de Évora.

Foi também feita a apresentação do projecto de requalificação da Praça de Touros. Este projecto visa a transformulação da Praça de Touros num espaço multiusos com valências para grandes eventos, desde espectáculos culturais ou desportivos a congressos e espectáculos taurinos, com as devidas adaptações.

Logo que o processo de concurso esteja concluído - neste momento encontra-se em fase de apreciação de propostas - dar-se-á início às obras que se prevê para o mês de Julho.



Foram ainda atribuídos vários subsídios e outros apoios, num total de 127.729 E, a 28 associações de jovens, 22 associações de idosos, 9 associações de deficientes e 31 outros subsídios a diversas associações.

A Associação dos Bombeiros Voluntários foi apoiada com um subsídio de 40 mil euros, destinado à compra duma viatura auto-tanque de combate a incêndios. Continuaram as obras de requalificação do Aeródromo, nomeadamente a instalação de uma antena, como forma de segurança.

Estão também a ser criadas as condições para a realização do Festival "Portugal Air Show", no mês de Setembro e do Campeonato do Mundo de Aeromodelismo que, pela primeira vez, se realiza em Évora e espera-se uma elevada presença de concorrentes nacionais e estrangeiros. São iniciativas que trazem muita animação à cidade, para além da sua projecção internacional.

Nas freguesias rurais destacam-se as seguintes obras:

1. Remodelação da rede geral de águas e esgotos em S. Manços - Obra no valor de cerca de 112.894 euros;
2. Remodelação da pa da Vendinha - obra no valor de cerca de 201.365 euros;
3. Asfaltagem de duas ruas em Azaruja;
4. Obras na rede de abastecimento de água às Courelas da Toura, em S. Miguel de Machede. Obra no valor de cerca de 124.918 euros.

Foi também inaugurado o Gabinete de Apoio Rodoviário de Évora/ Posto de Turismo, com a presença do Presidente da República, no âmbito da sua presidência aberta.

Este Gabinete resultou duma parceria entre a CME e a Associação de Prevenção Rodoviária de Évora e é um local muito procurado por turistas nacionais e estrangeiros.

Esta obra foi financiada pelos fundos comunitários.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

No plano cultural teve lugar o Festival In-Jazz, que trouxe a Évora dos melhores grupos nacionais de jazz.

Este Festival teve a participação de mais cinco cidades - Alcobaça, A veiro, Faro, Montemor-o-Velho e Vila Nova de Famalicão.

No desporto salientamos a participação duma equipa de Évora no Eurosport 2005, desta vez realizado em Ravenna - Itália. É um encontro que resulta duma parceria entre as cidades geminadas de Ravenna, (Itália), Chichester (Inglaterra), Speyer (Alemanha), Chartres (França) e Évora.

A equipa de Évora venceu o Eurosport 2005.

No plano social celebrou-se a Semana da Família com um programa de actividades bastante diversificado e participado, incluindo no seu conjunto o "Dia Mundial da Criança" - 1 de Junho e "Dia Mundial do Ambiente" - 5 de Junho.

Foram ainda celebrados contratos-programas na área desportiva. Estes procedimentos têm como objectivo o enquadramento legal da atribuição destes subsídios aos clubes que praticam desporto profissional, tornando claras e transparentes as relações entre ambas as partes e evitando assim mal-entendidos.

Neste âmbito foram aprovados a realização de três contratos - programa:

Juventude Sport Clube - 58.550 euros; Lusitano Ginásio Clube - 58.550 euros e o Grupo Desportivo Diana - 11.750 euros.

No âmbito das relações externas tivemos dois eventos: A 4a Conferência Regional do Secretariado da Europa do Sul e Mediterrâneo, entre 18 e 19 de Abril que contou com a participação de 22 cidades do sul da Europa, com vista à troca de experiências relativamente à gestão de cidades Património Mundial.

Decorreu também a Semana Cultural de Chartres, em Maio, integrando uma série de concertos de órgão, na Sé, pelo organista da Catedral de Chartres, e exposições no mesmo âmbito.



Terminada a informação sobre a actividade da CME, o Presidente da Câmara solicitou ao Presidente da Assembleia autorização para poder responder ao Presidente da Junta de Nossa Senhora de Machede.

Essa autorização foi dada e o **Sr. Presidente da Câmara** informou acerca da descentralização de competências para as Juntas.

"As Juntas de Freguesia continuam a ter mais competências do que os meios disponíveis para a sua concretização.

Existe uma proposta de protocolo entre a ANMP e ANAFRE no sentido de regulamentar e tomar mais homogéneas as competências a exerce pelas Juntas.

Para além das verbas orçamentadas para as Juntas de Freguesia, a CME tem transferido também apoios extraordinários para realização de pequenas obras, apoios a iniciativas culturais, desportivas ou outras, para além de apoios a instituições da freguesia. Devido a incompatibilidades orçamentais não foi possível resolver em absoluto esta situação. Para o próximo mandato talvez esta situação fique resolvida através do protocolo de transferência de competências e respectivas verbas."

Quanto à questão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Monte Novo e dos 500 m² de área envolvente o Sr. Presidente informou que as acções previstas se encontram pendentes de decisões da responsabilidade do Ministério do Ambiente. Pensa-se que, a curto prazo, os trabalhos sejam retomados.

Terninado este ponto o Presidente da AME perguntou se alguém se queria pronunciar e então foi dada a palavra ao **Sr. Deputado Branco Filipe**, que felicitou a Câmara

pela celebração de contratos - programa na área do desporto.

O Sr. Deputado Estevão Bicho interveio dizendo que estas reuniões são importantes na medida em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

que existe uma troca de ideias, relativamente à forma de aproveitamento dos recursos, não obstante as diferenças políticas. Quanto às obras na freguesia dos Canaviais, foi evidenciado o bom trabalho de asfaltamento do caminho municipal do Espinheiro, executado no âmbito da inauguração do Hotel de cinco estrelas no Convento do Espinheiro. O mesmo não aconteceu relativamente à electrificação pública do mesmo caminho, solicitada já há .. algum tempo. No âmbito da aprovação do Plano Plurianual de Investimento, verifica-se que as obras nesta freguesia continuam a decorrer a ritmo lento e que algumas ainda não foram iniciadas, como por exemplo o caso do Jardim de Infância, o arranjo de ruas, a requalificação de cruzamento junto à Casa do Povo, bem como o alargamento da Ponte do Pio e o asfaltamento de caminho público, com pavimentação térraea. O Sr. Deputado gostaria de saber o ponto de situação destas obras, para poder informar os seus munícipes, bem como da alteração do Plano de Pormenor de Urbanização do terreno municipal entre a Praça José Joaquim Calado Piteira e o campo de futebol, junto à Rua da Palmeira. Esta alteração foi proposta pela Junta de Freguesia há 4 ou 5 anos. Sobre o protocolo entre a ANAFRE e a ANMP o Sr Deputado defendeu uma descentralização directa de verbas do Orçamento de Estado para as Freguesias, visto serem estas autarquias que mais perto se encontram das populações. Quanto aos incêndios defende também uma participação activa das Juntas de Freguesia, envolvendo-as em acções de prevenção, nomeadamente dum forma fiscalizadora e estranha que aquando da realização dum reunião neste âmbito, no Governo Civil, a ANAFRE não tenha sido convidada para debater o problema, juntamente com os outros intervenientes - Secretário de Estado, Câmaras Municipais, etc.

O Sr. Presidente da Câmara registou a fonna como o Sr. Presidente da Junta se referiu ao arranjo do caminho do Espinheiro e infonnou que já estava decidido há bastante tempo, não obstante a localização da unidade hoteleira de cinco estrelas ter acelerado o processo, visto ser uma mais valia que, para além de prestigiar a cidade, contribui para o seu desenvolvimento económico.

Os trabalhos de obras de asfaltagens de ruas irão continuar nas freguesias, sendo a dos Canaviais também contemplada.

Aguarda-se a conclusão do processo burocrático de concurso para execução da obra de alargamento da ponte.

Quanto à revisão do Plano de Pormenor dos Canaviais o Presidente da Câmara infonnou que, para além de ser uma questão complexa, o processo está em curso.



Relativamente ao protocolo entre a ANMP e a ANAFRE este é simplesmente um protocolo de entendimento e não vinculativo, que procura apenas seguir uma linha de coerência entre as relações com as Juntas de Freguesia.

Não havendo mais inscrições o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado este ponto e passou ao

PONTO TRÊS DA ORDEM REPRESENTANTE DA AME LICENCIAMENTO DE ÉVORA DO DIA NA - DESIGNAÇÃO DE NOVO COMISSÃO MUNICIPAL DE

Começou o Sr. Presidente da AME por lembrar que a Assembleia Municipal tiraia designado um representante, o Sr. Deputado António Serrano que manifestou a sua indisponibilidade para continuar no exercício dessa missão. Passou então a palavra a este Sr. Deputado para as explicações que considerasse oportunas.

O **Sr. Deputado António Serrano** explicou que os motivos que o levaram a deixar este cargo, para o qual foi eleito, foram de ordem profissional. Não conseguia compatibilizar a sua profissão de professor com as situações impostas por este cargo, tais como a convocação de reuniões urgentes, às quais não podia comparecer. Apesar de justificar sempre as suas ausências para não pôr em causa a posição da Assembleia, o Director de Economia enviou uma carta ao Presidente da AME evidenciando a ausência do seu representante na Comissão, sem fazer referência às justificações que sempre lhe foram dadas.

Por estas razões o Sr. Deputado entendeu que deveria ser substituído, e por isso foi agendado este ponto. Agradeceu ainda a compreensão de todos.



O **Sr. Presidente da Assembleia** disse aguardar propostas para substituição deste Sr. Deputado no referido cargo, e passou a palavra ao Sr. Deputado Acácio Alferes.

O **Sr. Deputado Acácio Alferes** propôs, em nome do Partido Socialista, o Sr. Deputado Nuno Lino para representar a AME na referida Comissão.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. **Deputado Andrade** Santos. Como esta representação envolve concepções diferentes o Sr. Deputado gostaria que o novo proposto - o Sr. Deputado Nuno Lino - se pronunciasse sobre a visão que tem deste cargo e de que forma deve ser desenvolvido.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao deputado Nuno Lino, mas frisou que as opiniões pessoais do deputado/ representante não têm relevância, porque ele irá, certamente, defender as posições da AME.

Para o Sr. **Deputado Nuno Lino** esta foi, talvez, a primeira vez que se pretendeu fazer um exame prévio a qualquer candidato, para qualquer comissão. A sua aceitação a este cargo deve-se, em parte, à sua fofiliação académica - gestão de empresas - e a prestação destas funções deverá ser feita no restrito cumprimento da lei e de acordo com as questões apresentadas.

Neste momento o deputado não conhece as questões em aberto, no entanto, após estudar os "dossier's" irá, decerto, contribuir para a discussão que se irá realizar.

O **Sr. Deputado Andrade Santos** retomou a questão anterior dizendo que é perfeitamente normal que quem vai representar esta Assembleia exponha as suas concepções pessoais sobre o assunto. Mas como não pode ser feito agora, sugeriu que na próxima reunião seja agendado um ponto sobre esta matéria, já que não é indiferente ao desenvolvimento do território. "Podem-se aqui chocar-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

concepções, por uns classificadas de derrotistas e por outros de neoliberais."

O Sr. Deputado António Serrano falou da sua curta experiência nesta Comissão e relativamente aos três processos que lhe foram submetidos para apreciação, apesar de não ter assistido a nenhuma reunião, estudou-os e analisou-os tendo verificado que são principalmente técnicos, com os pareceres fundamentados e com propostas de decisão que respeitam as regras e normativos legais.

Para o Sr. Deputado José Luís Cardoso a questão levantada pelo Sr. Deputado Andrade Santos não é novidade, na medida em que também nos EUA para a nomeação de cargos de importância regional ou nacional os candidatos terão, perante o Senado ou a Câmara dos Representantes, de mostrar as sua valências pessoais relativamente ao cargo a que se candidatam.

No caso concreto do Sr. Deputado Nuno Lino esta questão não será importante, Visto ser um cargo meramente técnico, onde a sua opinião pessoal não é validade.

No entanto o Sr. Deputado José Luís Cardoso considerou esta proposta interessante para o futuro, podendo cada Assembleia pronunciar-se aquando da nomeação de Deputados Municipais para cargos políticos.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Acácio Alferes de nomeação do Sr. Deputado Nuno Lino como representante da AME na Comissão Municipal de Licenciamento de Évora. Da votação resultou a sua aprovação, com 17 votos "Sim", 12 votos "Branco" e 3 votos "Não".

Passou-se então à apresentação e votação do último ponto da Ordem do Dia.

PONTO QUATRO - DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DA CME RELATIVA Á CASA MORTUÁRIA DA FREGUESIA DE S.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

VICENTE DO PIGEIRO- VENDINHA, CONTENDO RESOLUÇÃO DE REQUERIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA, BEM COMO CARACTER DE URGENCIADA EXPROPRIAÇÃO

Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que informou sobre a posição da CME nesta matéria.

A CME aprovou por unanimidade o início do processo de expropriação, com base nos elementos que foram coligidos para o efeito, nomeadamente a confinnação de que o mesmo se encontra previsto no PDM com as valências indicadas. A proposta de avaliação foi presente por um perito de idoneidade reconhecida e nomeado pelo Tribunal da Relação. O preço da expropriação proposto é de 21 mil euros.

Na ausência de inscrições para o uso da palavra, o Sr. Presidente da AME colocou à votação este último ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O Plenário aprovou em minuta e por unanimidade os pontos 3 e 4 Ordem de Trabalhos da presente acta, nos termos do no3 do art.O 92 da Lei no5-N2002, de **11 de Janeiro**.

Posta à consideração do público a oportunidade para o uso da palavra por parte dos cidadãos presentes, não se manifestaram interessados, pelo que o Sr. Presidente deu por terminada a sessão pelas vinte horas e trinta minutos. Desta sessão, e para constar, lavrou-se a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1^a Secretaria – José da Silva Costa Russo

2^º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada na sessão de 24/06/05 com 25 votos a favor e 8 abstenções)